

O mito verde-amarelo e sua atualidade: algumas considerações sobre a extrema direita no Brasil do início do século XXI, a partir da obra de Marilena Chaui

The Green-Yellow Myth and its Relevance Today: Some Considerations on the Extreme Right in Brazil at the Beginning of the 21st Century, Based on the Work of Marilena Chaui

Ana Luiza Saramago Stern

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Correo electrónico: analuizasaramago@gmail.com

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7666-4902>



Resumen:

Marilena Chaui ao longo de sua obra constrói alguns conceitos para pensar o Brasil, sua fundação, formação e sociedade autoritária. Tais conceitos são ainda úteis para pensar o cenário político brasileiro atual, especialmente as manifestações de extrema direita deste início do século XXI. A autora encontra ao longo da história do Brasil a repetição de um mesmo mito fundador que se atualiza em representações que vão esconder contradições, calar conflitos e perpetuar a imagem de um país grande por natureza, com um povo ordeiro e não-violento e um futuro de progresso. Este mito fundador se sustenta no ideário verde-amarelo nacionalista, e através do argumento milenarista, do poder teológico-político. Ainda hoje esse mesmo mito fundador se repete, o mesmo mito verde-amarelo e a mesma guerra santa, sustentam as crenças e representações assumidas pela extrema direita no Brasil do início do século XXI: a mesma ideologia que esconde a mesma sociedade autoritária

Palabras clave: Marilena Chaui, mito fundador, verde-amarelismo, poder teológico-político.

Abstract:

Throughout her work, Marilena Chaui constructs several concepts to reflect on Brazil, its foundation, formation, and authoritarian society. These concepts are still useful for reflecting on the current Brazilian political landscape, especially in the far-right demonstrations of the early 21st century. Throughout Brazil's history, the author finds the repetition of the same founding myth, updated in representations that conceal contradictions, silence conflicts, and perpetuate the image of a country naturally great, with an orderly and nonviolent people and a future of progress. This founding myth is sustained by the nationalist ideology of Brazil, and through the millenarian argument of theological-political power. Even today, this same founding myth recurs—the same green-and-yellow myth and the same holy war—underpinning the beliefs and representations adopted by the far right in early 21st-century Brazil: the same ideology concealing the same authoritarian society.

Keywords: Marilena Chaui, Founding Myth, Yellow-Greenism, Theological-political Power.

Fecha de recepción del artículo: 15/08/2025 **Fecha de aceptación del artículo:** 13/10/2025

Para citación de este artículo: Saramago Stern, Ana Luiza (2025). O mito verde-amarelo e sua atualidade: algumas considerações sobre a extrema direita no Brasil do início do século XXI, a partir da obra de Marilena Chaui. *Anacronismo e Irrupción* 15 (29), 54-85.

Identificador DOI: 10.62174/aei.10916

Introdução

Marilena Chaui em diversos momentos de sua obra dedica-se a estudar o Brasil. Desde seu erudito livro “Brasil: mito fundador e sociedade autoritária” (2013a), até artigos publicados em jornais e entrevistas, podemos encontrar nos escritos de Marilena Chaui uma tentativa lúcida e eloquente de pensar o Brasil, em diversos momentos de sua história. Quando nos debruçamos sobre a obra de Marilena Chaui, ela, sem dúvida, comporta um pensamento sobre a história, a formação, uma visão filosófica e política de seu país. Conseguimos encontrar em textos de Marilena Chaui um esforço por pensar o Brasil, um investimento em decifrar sua(s) história(s), um olhar sobre sua cultura, sua sociedade, sua política, o conhecimento acerca de um país, de um povo.

Nossa pesquisa vai visitar alguns dos principais conceitos e categorias construídos por Marilena Chaui para estudar o Brasil, e descobrir em que medida eles ainda nos são úteis para entender o Brasil hoje. Os textos sobre o Brasil na obra de Marilena Chaui, desde a década de 1980 até os dias de hoje, perpassam um país marcado pelo autoritarismo, pela desigualdade, pelas construções ideológicas da servidão. Buscamos evidenciar, cotejando a obra de Marilena Chaui com fenômenos recentes, como os movimentos da extrema direita no Brasil do início do século XXI nada tem de novos ou originais, são somente novas vestes de um velho mito, apenas reivindicam as mesmas velhas ideias de fundação de uma sociedade autoritária e violenta. Quando a sombra do autoritarismo ressurge com força, as ideias de desigualdade e violência se naturalizam outra vez, e argumentos teológicos voltam a tentar fundar as relações políticas. Nesses momentos presentes, os conceitos e categorias que Marilena Chaui propõe para analisar o Brasil nos parecem (infelizmente) ainda atuais.

Antes de prosseguirmos, cabe aqui um recorte: trabalhamos os textos de Marilena Chaui citados não em sua integralidade, nem sistematicamente, mas apenas na busca dos conceitos que nos parecem úteis à nossa análise da refundação do mito verde-amarelo na atualidade, nos discursos e práticas da

extrema direita no Brasil. Assim, recortamos de cada texto as ideias que precisamos, já ressaltando ao leitor tratarem-se apenas de algumas considerações possíveis, que não correspondem à totalidade de cada texto, nem esgotam o estudo de cada texto mais especificamente.

1. Mito fundador

No ano 2000, por ocasião das celebrações dos 500 anos do descobrimento do Brasil, Marilena Chaui publicou livro que se tornaria um clássico para a compreensão do Brasil na sua formação e organização, trata-se do célebre: “Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária” (2013a). Nesse texto, e em outros momentos da sua obra, a filósofa Marilena Chaui corajosamente volta-se para pensar o Brasil. Dedicando-se às particularidades de nossa história e nossa formação Marilena Chaui desenvolve alguns conceitos importantes para qualquer tentativa de pensar o Brasil e sua história. Nessa temática, partimos de uma premissa forte que Marilena Chaui enuncia categoricamente no referido texto: a ideia de que nem a América nem o Brasil foram descobertos, eles foram inventados, construídos:

A América não estava aqui, à espera de Colombo, assim como o Brasil não estava aqui, à espera de Cabral. Não são “descobertas” ou, como se dizia no século XVI, “achamentos”. São *invenções históricas e construções culturais*. Sem dúvida, uma terra ainda não vista nem visitada estava aqui. Mas *Brasil* (como também *América*) é uma criação dos conquistadores europeus. O *Brasil* foi instituído como colônia de Portugal e inventado como “terra abençoada por Deus” (Chaui, 2013a, p. 193).

A partir desta compreensão de um país, o Brasil, que não é um dado ou um fato da Natureza, mas sim uma construção, uma “invenção”; Marilena Chaui defende que existe um conjunto de crenças, histórias e ideias que compõe essa construção do Brasil, que estão em sua fundação, e que se repetem ao longo de sua história, “uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos” (Chaui, 2013, p.149): é o que ela designa por seu “mito fundador”.

Compreendido como mito, tanto no seu sentido etimológico, como antropológico (Chaui, 2013a, p.150), seja como narrativa de feitos históricos ou como solução imaginária para conflitos e contradições, o mito fundador mantém atadas as linhas do tecido social, unindo o constructo de um povo e um país. Nesta construção, diz Marilena Chaui, ao longo da história, como o eterno retorno de padrões e mitos na psicanálise, o mesmo mito fundador se presentifica e se atualiza da mesma forma em diferentes momentos no tempo. (Chaui, 2013a, p.151).

Aqui, faz sentido a distinção que faz a autora entre formação e fundação (Chaui, 2013a, p.151). A formação engloba processos históricos de transformação, determinações econômicas, sociais e políticas, incluídas aí suas representações, na continuidade ou na descontinuidade dos acontecimentos percebidos como processos temporais. Já a fundação é momento estático passado que se projeta repetindo-se indefinidamente da mesma forma. “A fundação pretende-se situar além do tempo, fora da história, num presente que não cessa nunca, sob a multiplicidade de formas ou de aspectos que pode tomar.” (Chaui, 2013a, p.151). Nesse sentido o mito de que fala Marilena Chaui é mito *fundador* pois estático conjunto de crenças e ideias do passado que se repete, com novas linguagens, valores e ideias ao longo da formação histórica, mas sempre mantendo, e atualizando a sua fundação, o seu mesmo e antigo repertório de representações da realidade. (Chaui, 2013a, p.152). O mito fundador não é fruto de um processo histórico, social, político de formação no tempo, mas é repetição do mesmo conjunto de representações estáticas de sua origem, apenas sob novas roupagens.

O mito fundador oferece um repertório inicial de representações da realidade e, em cada momento da formação histórica, esses elementos são reorganizados tanto do ponto de vista de sua hierarquia interna (isto é, qual o elemento principal que comanda os outros) como a ampliação de seu sentido (isto é, novos elementos vem se acrescentar ao significado primitivo). Assim, as ideologias, que necessariamente acompanham o movimento histórico de formação, alimentam-se das representações produzidas pela fundação, atualizando-as para adequá-las à nova quadra histórica. É exatamente por isso que, sob novas roupagens, o mito pode repetir-se indefinidamente (Chaui, 2013a, p.152).

Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo (Chaui, 2013a, p.152).

Estabelecida assim a premissa de que o Brasil foi construído, como ideia, como representação, em torno de certos traços, crenças, uma *fundatio*, um mito fundador, Marilena Chaui dedica-se então, no mesmo citado texto, a encontrar as formas de atualização, repetição e afirmação deste mito na história do país. Desde o Brasil colônia, a autora visita diversos momentos históricos e movimentos sociais, culturais e econômicos na história do Brasil, momentos da nossa formação histórica, em que esta fundação, este mesmo mito fundador se fez presente. Como um mesmo traço distintivo, uma tatuagem que se preserva mesmo no passar dos anos, o mito fundador se repete, se presentifica, de alguma forma se reorganiza, para conformar sob as mesmas velhas cores e crenças tanto passado quanto o presente. E, como veremos, nossa tese é que ele se repete também no início deste século XXI, pelas mãos da autodenominada “nova” direita, a extrema direita no Brasil.

Excede os limites deste trabalho percorrer toda a obra de Marilena Chaui em sua análise das atualizações do mito fundador através da história do Brasil. Não é possível aqui um estudo pormenorizado das repetições, atualizações, manifestações do mito fundador brasileiro ao longo de seus já 525 anos de construção e reconstrução. Como nosso objetivo é analisar se (e como) este mito fundador tem sua atualidade neste início do século XXI, vamos buscar na obra de Marilena Chaui os principais traços e representações que caracterizam o mito fundador do Brasil para, uma vez destacados seus principais aspectos, cotejá-los com algumas características de movimentos atuais.

Para nossa análise vamos destacar basicamente dois traços do mito fundador do Brasil, tal como exposto por Chaui (Chaui, 2013a, p.223): a sua representação pelo verde e amarelo e a sua afirmação através de crenças religiosas. Basicamente Marilena Chaui denomina estes dois traços do mito

fundador: primeiro o argumento providencial (mais sustentado pelas classes dominantes): ou seja a ideologia de uma nação verde e amarela, em todas as suas formas ao longo da história; e em segundo lugar o argumento milenarista (mais sustentado pelas classes dominadas): ou seja, o uso do poder teológico-político, a inscrição do mito fundador em uma guerra santa entre o bem e o mal, a luz e as trevas, Deus e o demônio (Chaui, 2013a, p.215). Diz a autora:

Um outro efeito pode ser observado se reunirmos a sagração da história e a sagração do governante. Ao articulá-las, notaremos que o mito fundador opera de modo socialmente diferenciados: do lado dos dominantes, ele opera na produção da visão de um direito natural ao poder e na legitimação desse pretensão de direito natural por meio do ufanismo nacionalista, da ideologia desenvolvimentista e da ideologia da modernização, que são expressões laicizadas da teologia da História providencialista e do governo pela graça de Deus; do lado dos dominados, ele se realiza pela via milenarista com a visão do governante como salvador, e a sacralização-satanização da política. Em outras palavras, o mito engendra uma visão messiânica da política que possui como parâmetro o núcleo milenarista como embate cósmico final entre a luz e a treva, o bem e o mal, de sorte que o governante ou é sacralizado (luz e bem) ou satanizado (treva e mal) (Chaui, 2013a, p.223).

Partiremos então para a análise desses dois traços do mito fundador de Marilena Chaui, buscando uma análise de suas principais formas de atualização e engendramento. Buscando elucidar como operam e se manifestam, mesmo que em diferentes momentos históricos, culturais e econômicos, os mesmos argumentos, as mesmas representações, a mesma fundação do Brasil. Mesmo em face dos mais polarizados conflitos, mesmo que evidentes as mais cruéis contradições, mesmo que latente sempre a mais extremada desigualdade, uma série de representações se mantém e mantém a ideia de Brasil: a ideia do país grande, do povo ordeiro e cordial, da união da nação verde e amarela, o país do futuro, o país abençoado por Deus. Dessa análise, ao final, vamos analisar seus traços nos movimentos de extrema direita do século XXI no Brasil.

Assim, nossa investigação vai se organizar entre esses dois argumentos que sustentam, atualizam e reatualizam o mito fundador brasileiro: o ufanismo

nacionalista verde-amarelo e a guerra santa entre a luz e as trevas. Nosso trajeto busca investigar os traços principais desses dois campos de representação do mito fundador brasileiro, na obra de Marilena Chaui, desde suas representações passadas, até as manifestações da extrema-direita brasileira no início do século XXI, buscando atualizar esses conceitos e indagar sobre sua utilidade ainda nos dias de hoje. Antes de prosseguirmos, no entanto, uma última ressalva salta do texto de Marilena Chaui: como, ao mesmo tempo, causa e efeito desta repetição do mito fundador, como num movimento causal imanente em que a causa não se dissocia completamente de seu efeito, mas se atualiza nele, vale destacar que o que subjaz a toda a história (e invenção) do Brasil e seu mito fundador é uma sociedade autoritária, composta, organizada e que se expressa de fora profundamente autoritária¹.

2. A nação verde-amarela

Em outro texto, *Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira*, Marilena Chaui traz o tema da ideologia como ocultamento da violência da luta de classes e instrumento de construção de uma imagem de unidade e harmonia social.

Ela [a ideologia] oferece à sociedade fundada na divisão e na contradição uma imagem capaz de anular a existência efetiva da luta, da divisão e da contradição, por meio da construção de uma imagem na qual a sociedade surja como idêntica, homogênea, harmônica e una (Chaui, 2013b, p.97).

E no mesmo sentido no texto *Crítica e ideologia* a mesma autora coloca:

Assim, a operação ideológica passa por dois ocultamentos: o da divisão social e o do exercício do poder por uma classe social sobre outras. Para tanto, o discurso ideológico tende a fixar, de uma vez por todas, a origem e o significado dos fatos, de sorte a oferecer certos signos fixos e constantes que

¹Não cabe aqui desenvolvermos a análise do autoritarismo no Brasil, mas sobre a sociedade autoritária no Brasil na obra de Chaui, remetemos o leitor ao mesmo artigo *Mito fundador e sociedade autoritária no Brasil* (2013).

neutralizam toda contradição possível entre aquilo que já está dado e o que possa acontecer historicamente (Chaui, 2013c, p.131).

Em *O que é ideologia?* a mesma autora afirma, no mesmo sentido:

O papel específico da ideologia como instrumento da luta de classes é impedir que a dominação e exploração sejam percebidas em sua realidade concreta. Para tanto, é função da ideologia dissimular e ocultar a existência de divisões sociais como divisões de classes, escondendo, assim, sua própria origem. Ou seja, a ideologia esconde que nasceu da luta de classes para servir a uma classe na dominação (Chaui, 2008, p.96).

É nesta operação ideológica que podemos compreender o surgimento da nação, do nacionalismo, e, no Brasil, suas expressões no verde-amarelismo propostas por Marilena Chaui (2013a).

Voltando ao texto *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária* (2013a) Marilena Chaui propõe uma análise do surgimento da ideia de nação e do transcurso histórico que esta atravessa, do seu surgimento por volta de 1830 na Europa, o seu ápice no nacionalismo, que leva à morte milhões de pessoas nas duas grandes guerras mundiais, até sua transmutação, mas nunca desaparecimento, na era neoliberal. Seguindo análise de Eric Hobsbawm a autora identifica o surgimento da nação como resposta à demanda por unidade e obediência no surgimento do Estado moderno². Assim como o ocultamento das contradições na ideologia, a nação vai ocultar a luta de classe, lutas religiosas e lutas políticas sob o manto unidade nacional.

Esse Estado precisava enfrentar dois problemas principais: de um lado, colocar todos os habitantes do território sob a esfera da administração estatal; do outro, obter a lealdade dos habitantes ao sistema dirigente, uma vez que a luta de classe, a luta no interior de cada classe social, as tendências políticas antagônicas e as crenças religiosas disputavam essa lealdade. Em suma, como dar à divisão econômica, social e política a forma da unidade indivisa? Pouco a pouco, a ideia de nação surgirá como solução dos problemas (Chaui, 2013a, p.158).

²Não cabe nos limites desse trabalho nos aprofundarmos sobre esse tema, para maiores estudos: Hobsbawm, Eric (1990). Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade. Paz e Terra

Escapa aos limites desse trabalho nos aprofundarmos na análise da trajetória histórica do tema da nação no restante do mundo³, nos deteremos nas cores que esta construção ideológica ganha em nossas terras, no verde-amarelismo (Chaui, 2013, p.168) que afirma e atualiza em diversos momentos da história a nação brasileira. Como o mito fundador que se repete e reatualiza em diferentes faces, mas sempre o mesmo, o ufanismo verde-amarelo já se manifestou na história do Brasil em diferentes versos e trovas, em diversos slogans e matizes, mas sempre com as mesmas cores. E nessa espiral de repetições do mesmo tema, Marilena Chaui destaca que, nas cores da bandeira (Chaui, 2013, p. 198), ou nas palavras do Hino nacional, (Chaui, 2013, p. 215), o verde-amarelo não celebra uma construção do povo brasileiro, seja histórica, social, política ou econômica, mas sim um paraíso dado: a bandeira do Brasil quadricolor não exprime o povo, nem narra a história do país, é um símbolo da Natureza, é o “Brasil-jardim”, o “Brasil – paraíso”. (Chaui, 2013a, p.198).

Já em 1983 Marilena Chaui publica texto intitulado: *Le Brésil et ses phantasmes*, apresentando os primeiros argumentos da sua análise da “mitologia do verde e amarelo” (Chaui, 1983, p.202) que anos mais tarde será elaborada como o verde-amarelismo (Chaui, 2013a, p.168). Já estão nesse primeiro texto em francês as alusões à

representação das cores e formas da bandeira do Brasil, a encarnar uma mitologia que vem, assim como falamos da ideologia da nação, negar desigualdades, escamotear lutas históricas, encobrir verdades, para sustentar o mito do país paraíso, do povo ordeiro, unido e cordial, e das cores verde e amarela que unem a todos (Chaui, 1983, p.202).

No texto *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*, publicado pela primeira vez em 1986, Marilena Chaui retoma a mitologia verde-amarela (Chaui, 2014, p.80), para destacar suas contradições e revelar seu processo

³Sobre o tema ver novamente: Hobsbawm, Eric (1990). Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade. Paz e Terra

ideológico de esconder desigualdades para afirmar a construção de uma nação.

Diz autora:

Sem distinção de classe, credo ou raça, sexo ou opção política, à direita e à esquerda, a sociedade brasileira incorporou uma série de mitos que, embora contestados pela vida cotidiana e pela prática diária, permanecem incontestáveis como representações justamente porque são mitos: o Brasil como “dom da natureza” e “presente de Deus” à humanidade (apesar das secas nordestinas, das enchentes sulinas, das endemias, da fome e da miséria); como povo pacífico, ordeiro e não violento (apesar do genocídio da população indígena, da escravidão da população negra, do extermínio físico e psíquico dos trabalhadores, da repressão e da destruição dos movimentos políticos populares e de esquerda, e das mortes violentas pela posse de terras); como país da democracia racial (apesar da discriminação visível e invisível não só com relação ao imigrantes, mas sobretudo contra os negros [...] do antissemitismo difuso e do aristocrático desprezo pelos árabes comerciantes); [...] como país de um povo alegre e sensual [...] (apesar do machismo, do conservadorismo, da discriminação sexual legitimada pela religião, pela medicina e pela legislação penal); como “país dos contrastes” – não, evidentemente, entre pobres e ricos, mas entre nossas paisagens e nossos tipos humanos, como o “resignado caboclo”, o “sertanejo, antes de tudo um forte”, e o “laborioso sulino”. Contrastes que são a promessa de um futuro de grandezas sem par” (Chauí, 2014, p.83).

A autora constrói sob as cores verde e amarela a miríade de mitos que sustentam a imagem de um Brasil que, em diversos momentos da história vai repetir-se, vai novamente fundar-se, em uma operação ideológica de negação e representação, negando suas contradições evidentes para representar um mito de país. Fundação e refundações de um mesmo mito fundador, paradoxalmente escondendo e reforçando os traços de uma sociedade profundamente autoritária. Em 2000, quando Marilena Chaui publica *Mito fundador e sociedade autoritária* (2013a), este percurso reflexivo encontra uma forma mais elaborada. A autora vai passar em visita a história do Brasil para encontrar em diversos momentos diferentes a afirmação ou subsistência latente do mesmo mito fundador sob as mesmas cores do verde-amarelismo.

Excede os limites deste trabalho nos alongarmos sobre cada viés e revés histórico do verde-amarelismo na história do Brasil. Podemos apenas destacar

que nos dois períodos de governos autoritários (Estado Novo 1937-1945 e ditadura civil-militar 1964-1985) este mito foi mais explicitamente alimentado, ainda que com slogans e propostas diferentes. Nos anos 1950 o ideal desenvolvimentista acabou também retomando os argumentos verde-amarelos mas em períodos, pelo menos formalmente, democráticos. E mesmo momentos em que este mito foi contestado na cultura, como o movimento modernista de 1920 e 1930 e a Tropicália de 1970, isto não foi suficiente para aboli-lo, visto que ele subsistiu logo em período posteriores (Chaui, 2013a, pp. 172-180). Nesta história, o esporte aparece como terreno mais fértil e evidente deste mito, nas cores da seleção “canarinho”⁴. Diz a autora:

Assim, da Taça do Mundo de 1958 à Copa do Mundo de 1970, o verde-amarelismo, se não permaneceu intacto em todos os seus aspectos, manteve-se como representação interiorizada da população brasileira que, sem distinção de classe, credo e etnia, o conserva, mesmo quando as condições reais o desmentem (Chaui, 2013a, p.179).

Um país que se constrói sob a identidade de duas cores, o verde-amarelo simboliza, como na bandeira e como cantado em seu Hino, um dado da Natureza, um país que já nasce como paraíso, um país que não celebra seu povo, sua história, sua formação, mas uma condição dada, uma forma estática do passado que se atualiza e se repete, uma fundação, um mito fundador. Cores que, como na ideologia, escondem contradições, fazem unir desigualdades, fazem calar revoltas e a fome, celebram a ordem autoritária e mantém a invenção e imposição de um país.

Sobre o verde-amarelismo, e para o que nos interessa em sua análise na atualidade, vamos destacar duas características elencadas por Marilena Chaui: primeiro, apesar deste mito operar a fundação de um país, este não é compreendido como incompatível com a defesa ou sustentação de uma posição de dependência no cenário internacional. O verde-amarelo, por diferentes fases e argumentos, não é necessariamente a defesa de uma soberania nacional ou

⁴Como veremos a camisa da seleção brasileira de futebol será usada como importante símbolo da extrema direita no Brasil do início do século XXI.

mesmo independência no âmbito internacional. E, em segundo lugar, o verde-amarelismo vem acompanhado em diversas de suas manifestações por uma ideologia de progresso. Como escrito em nossa bandeira e motivo de slogans de diferentes fases históricas, o Brasil é o país do progresso, da modernização, o país do futuro (um futuro que nunca chega).

Sobre o primeiro traço, o da dependência, e seu trajeto histórico na investigação do verde-amarelismo no Brasil, Marilena Chaui cita o economista Paul Singer, em seu texto *De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada* (1998), para destacar que, paradoxalmente, no Brasil, a afirmação dos valores nacionais insculpidos no verde-amarelo não significam uma projeção do Brasil no cenário internacional. Longe da afirmação dos valores nacionais trazerem consigo uma aspiração a soberania nacional e a um papel de maior relevância no cenário internacional, o verde-amarelismo não encontra óbice em persistir em um papel de dependência internacional, seja esta consentida, tolerada ou desejada, como destaca o economista Paul Singer (Singer, 1998). Seja na elite agrário exportadora, seja no desenvolvimentismo dos anos 1950, ou na busca por investimentos internacionais e empresas multinacionais, o verde-amarelo sempre pintou as cores de elites subservientes e dependentes de interesses externo. Esse traço de subserviência a interesses externos irá reaparecer com o verde-amarelo da extrema direita do século XXI também, como veremos.

Como último aspecto da mitologia verde-amarela traçada por Marilena Chaui que gostaríamos de destacar, ressaltamos o ideal de modernização que acompanha em diversos momentos históricos e com diferentes nuances, a imagem do “Brasil Grande”, do Brasil pra frente, o “Brasil Potência 2000” (Chaui, 2013a, p.178), o país do futuro. Acompanhando todas as contradições escondidas na construção do mito verde-amarelo, surge também em suas vestes, ainda que com diferenças ao longo do tempo, um ideal de “progresso” (Chaui, 2013a, p.172), seja na ideologia do nacional-desenvolvimentismo (Chaui, 2013a, p.173), seja na construção do ideal do Brasil moderno. Diz Marilena Chaui:

É interessante observar que o verde-amarelismo opera com uma dualidade ambígua. De fato, o Brasil de que se fala é, simultaneamente, um dado (é um dom de Deus e da Natureza) e algo por fazer (o Brasil desenvolvido dos anos 1950; o Brasil grande, dos anos 1970; o Brasil moderno, dos anos 1980 e 1990) (Chaui, 2013a, p.179).

Acompanha o mito fundador uma ideologia de progresso, com diferentes slogans e diferentes perspectivas ao longo da história. Se repete na atualização e reatualização do mesmo mito verde amarelo um ideal de novidade, de renovação, o país do futuro, mas de um futuro que nunca é alcançado. Na extrema direita do início do século XXI, como veremos, também se repetirá um ideal de inovação, uma propaganda de avanço e modernidade, uma nova forma da mesma exploração, ela terá o nome de empreendedorismo.

3. O argumento milenarista e o poder teológico-político

Mas, paralelamente à mitologia verde-amarela, ao lado do argumento providencial (Chaui, 2013a, p.223), um segundo argumento sustenta o mito fundador. Principalmente no seio das classes mais pobres, o argumento milenarista inscreve a política no campo teológico-religioso, dotando a afirmação da mesma sociedade autoritária de traços proféticos, de uma guerra santa entre a luz e as trevas, entre Deus e o demônio. No mesmo texto *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária* (2013a) Marilena Chaui destaca:

Mas também entramos na história pela porta milenarista, que, pouco a pouco, tenderá a ser a via percorrida pelas classes populares. [...] Pela fresta profética, nossa história está prometida, mas ainda inteiramente por fazer, devendo ser obra da comunidade dos santos e dos justos, exército auxiliar do Messias na batalha última contra o Anticristo, isto é, a treva, o mal e a injustiça (Chaui, 2013a, p. 215).

O argumento teológico-político está nas bases que sustentam a sociedade autoritária brasileira e as atualizações do seu mito fundador na história. No entanto, este fenômeno não é exclusivamente brasileiro, para situá-lo propriamente podemos investiga-lo também em sua expansão no cenário

internacional, principalmente, desde o último quartel o século XX, assim como seus fundamentos filosóficos descritos na filosofia de Baruch Espinosa. Para isso, se faz imperioso visitarmos outro texto de Marilena Chaui: *O retorno do teológico-político* (2004).

Em 2004, portanto quatro anos após a publicação de *Mito fundador e sociedade autoritária no Brasil*, Marilena Chaui escreve o artigo *O retorno do teológico-político* (2004). Nesse texto a autora estuda o crescimento do discurso religioso no cenário político mundial, desde o último quartel do século XX. O que Marilena Chaui nos narra como fenômeno recente, desde os anos de 1970, é uma mudança na relação entre política e religião, algo que a autora compara ao “retorno do reprimido” (Chaui, 2004, p.96), na psicanálise, o retorno do recalcado, uma volta do discurso religioso ao campo da política, seu transbordamento do campo meramente individual para o debate político, seu extravasamento do campo dos valores privados para espaço público (Chaui, 2004, p.96). O discurso religioso que outrora fora alijado do campo político para as consciências individuais, consagrando a soberania do político, agora retorna no sentido inverso, como religião que ambiciona tomar o poder, que intenciona legitimar o poder como critério último da afirmação do próprio campo político.

Marilena Chaui relaciona esta mudança a uma mudança concomitante no próprio sistema capitalista, no mundo da produção e do trabalho, na própria relação espaço-tempo, na fase pós-industrial ou de acumulação flexível do capital (Chaui, 2004, p.102). Marilena Chaui se remete às análises de David Harvey (1992) em *A condição pós-moderna*, para descrever assim este cenário:

Em contrapartida, na fase dita pós-industrial ou da acumulação flexível do capital, imperam a fragmentação e dispersão da produção econômica (incidindo diretamente sobre a classe trabalhadora, que perde seus referenciais de identidade, de organização e de luta), a hegemonia do capital financeiro, a rotatividade extrema da mão-de-obra, os produtos descartáveis (com o fim das ideias de durabilidade, qualidade e estocagem), a obsolescência vertiginosa das qualificações para o trabalho em decorrência do surgimento incessante de novas tecnologias, e o desemprego estrutural,

decorrente da automação e da alta rotatividade da mão-de-obra, causando exclusão social, econômica e política (Chaui, 2004, p.102).

É neste cenário de incertezas, onde as relações de produção são voláteis e onde nenhuma segurança nem identificação de luta pode amparar os trabalhadores, que o medo se revela em toda a sua força e violência, e onde a superstição, sua filha mais fiel, vai alcançar o debate político. Este cenário pós-industrial vem acompanhado da incerteza e do medo, campo fértil para a superstição e o discurso teológico. A volta do discurso religioso ao campo político se liga ao cenário neoliberal de incertezas e Marilena Chaui explica essa relação através da análise do poder teológico-político e seu fundamento na filosofia de Espinosa.

O arcabouço teórico utilizado por Marilena Chaui para pensar o conceito de poder teológico-político ela busca no século XVII, na filosofia de Baruch Espinosa. Seguindo Espinosa, Marilena Chaui situa a discussão sobre a relação entre teologia e política no campo da constituição do próprio campo político, que se faz mais livre ou menos livre quanto mais baseado na esperança ou no medo, afetos manipulados pela superstição. Explicitamente diz Espinosa no seu *Tratado teológico-político* : “O medo é a causa que origina, conserva e alimenta a superstição” (Espinosa, 2003, p.6), e sobre seu poder político segue o mesmo filósofo: “Na verdade (...) não há nada mais eficaz do que a superstição para governar as multidões.” (Espinosa, 2003, p.7).

O poder teológico-político, tal como pensando por Espinosa, ancora-se nas crenças supersticiosas acerca das tempestades ou bonanças, nos rituais da religião, nas ideias fantasiosas da imaginação, para sustentar a subserviência a um poder político imaginado como transcendente e capaz de distribuir bens e males em uma lógica de adulações e favores. Diz Marilena Chaui em artigo *A instituição do campo político em Espinosa* (2003): “o medo e a esperança, fazendo o ânimo balouçar na incerteza ou contingência dos males e dos bens, são a causa da superstição.” (Chaui, 2003, p.91).

Nesse sentido, para Espinosa toda teologia é política (Chaui, 2004, p.114) no sentido que esta fundamenta o poder na superstição e na crença em um poder transcendente capaz de estabilizá-la, respondendo à lógica religiosa de rituais, favores e adulações. O poder teológico encontra a política trazendo para o fundamento da obediência política a disputa milenarista entre o bem e o mal, entre Deus e o demônio, sustentando no medo e na contingência o desejo de subserviência, o desejo de tirania⁵.

No mesmo sentido, em texto muito anterior, de 1980, sobre cultura popular e religião em *Notas sobre cultura popular* (1980), Marilena fala sobre o vínculo entre religião e a forma da obediência a um poder transcendente, como o poder político:

Se a religião é, como afirma Espinosa, o instrumento privilegiado para a dominação política, não é porque pressupõe resignação infinita, mas porque, tendo a alma religiosa depositado fora de seu próprio alcance um poder secreto, sentido simultaneamente como implacável (justo) e misericordioso (bom), prepara terreno para que a obediência e a resignação se infiltrem em todas as manifestações da existência onde um poder figurado da mesma maneira (Chaui, 1980, p.80).

Os fundamentos filosóficos de Espinosa no século XVII acerca do funcionamento do poder teológico-político são então atualizados por Marilena Chaui para explicar o retorno deste discurso nos debates políticos do início do século XXI.

Filha do medo, por ele e nele parida, a superstição delega à religião e esta à teologia a tarefa delirante de encontrar uma unidade imaginária, capaz de recobrir e reconciliar uma realidade apreendida como fragmentada no espaço e no tempo, feita de forças múltiplas e contrárias, uma unidade que lhes pareça assegurar a continuidade dos acontecimentos e o controle sobre a Natureza irada, que pacifique governantes coléricos, garanta esperanças e conjure terrores (Chaui, 2004, p.121).

⁵No mesmo texto Marilena Chaui faz um comparativo das ideias de Espinosa e Carl Schmitt acerca da relação entre teologia e política. Diz a autora: “Com efeito, se para Schmitt toda política é teológica, para Espinosa, ao contrário, toda teologia é política e, portanto, podemos conceber e praticar uma política não-teológica.” Não cabe nos limites deste trabalho nos aprofundarmos neste interessante debate, sobre o tema remetemos o leitor ao já citado texto de Chaui (2004): *O retorno do teológico-político* (Chaui, 2004, p.114).

Esta relação entre teologia e poder político, a obediência política alimentada pelo medo e pela superstição, a busca por um poder transcendente capaz de apaziguar a fortuna e cuja vontade responde a lógica dos rituais e práticas da religião, como vimos, perpassam também o mito fundador do Brasil descrito por Marilena Chaui (Chaui, 2013a, p.215). Como afirma a autora, um argumento milenarista se propaga principalmente nas classes mais pobres, a sustentar as diferentes atualizações do mito fundador brasileiro, ao longo de toda sua história (Chaui, 2013a, p.223). O mito fundador que se expressa nas cores do verde-amarelismo se afirma também como poder teológico ao alicerçar-se na superstição e ritos da religião. A política inscrita nas vestes da teologia afirma-se como obediência a um poder transcendente, capaz de favores e milagres, capaz de ordenar benesses e males, poder que demanda não cidadãos, mas súditos, soldados obedientes na guerra santa entre a luz e as trevas. Como veremos a seguir este ideário também vai ressurgir nos discursos da extrema direita no Brasil do início do século XXI.

4. O mito verde-amarelo e sua atualidade: a extrema direita no Brasil do início do século XXI

Feito esse transcurso pela obra de Marilena Chaui, é possível identificar como todos esses conceitos se entrelaçam e são uteis para pensar a extrema direita no Brasil neste início do século XXI. Salta das leituras dos textos propostos uma compreensão do mesmo fio condutor da análise do Brasil, desde as colocações acerca do mito fundador, até as formas do poder teológico-político e o cenário neoliberal. Ou, tomados os mesmos conceitos na ordem inversa, ousamos dizer que no cenário neoliberal vigente, considerando as formas e forças do poder teológico-político na atualidade, a obra de Marilena Chaui nos remete a pesar a extrema direita no Brasil de hoje, como mais uma atualização do mesmo mito fundador do Brasil, mesmas cores em outras vestes de sua mesma sociedade autoritária.

4.1. Uma nova personagem, um novo líder

No curso do processo de impeachment/golpe⁶ que em 2016 retira a presidenta Dilma Rousseff do poder, desponta nas manifestações de rua, nas redes sociais, na mídia, uma nova personagem e seu líder. É uma multidão conservadora, em sua maioria religiosa, ressentida contra anos de governo do PT, que vestindo verde e amarelo reivindica para si o poder e o país. Uma gente em sua maioria advinda das camadas populares, mas que se identifica com um ideário de direita, defende o empreendedorismo, o fim das ações afirmativas, ridiculariza benefícios às minorias como se fossem privilégios, e diz que direitos trabalhistas são incentivos “para quem não quer trabalhar”. Seu líder é claro e endeusado pela massa, Jair Bolsonaro. O “mito” como é chamado por seus apoiadores, depois de 7 mandatos como deputado federal alinhado a causa dos militares agora ganha a cena como o “Messias”, endeusado por este movimento.⁷

E, por último, mas não menos importante, nesta nova personagem se faz também claro o aceno aos tempos da ditadura civil-militar de 1964, o autoritarismo que perpassa a sociedade brasileira tem seus heróis entre ditadores e torturadores. É emblemática nesse sentido a análise que faz Homero Santiago (2021, s/p) do discurso de Jair Bolsonaro no seu voto favorável ao impeachment de Dilma. Destaca Homero Santiago (2021, s/p) o jogo de cena ensaiado, a interpretação teatral, a alusão chocante e aviltante a um conhecido torturador,

⁶Excede os limites deste artigo nos aprofundarmos nas razões que embasam a caracterização do processo formalmente denominado impeachment que depôs a presidenta democraticamente eleita Dilma Rousseff como verdadeiramente um golpe parlamentar. Sobre o tema remetemos o leitor ao artigo *Os sentidos do golpe: A imprensa, os parlamentares e as ameaças à democracia no Brasil (2015-2016)* de Claudia Cristina da Silva Fontineles e Nathiely de Araújo Silva, publicado na Revista do Acervo Nacional, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 1-21, maio/ago. 2025, <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2262/2417>

⁷Para nossa análise é no mínimo uma coincidência irônica que seus seguidores chamem Jair Bolsonaro de mito, uma vez que, como veremos, defendemos seu papel como mais uma atualização do mesmo, velho mito fundador do Brasil. Sobre o grito de “o mito” para referir-se a Bolsonaro citamos como exemplo recepção organizada para Bolsonaro no aeroporto de Fortaleza em 2015, descrita por Consuelo Dieguez em *O ovo da serpente – nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a chegada ao poder* (2022, 124): “Quando Bolsonaro apareceu no portão de desembarque com uma mochila nas costas, foi recebido com uma festa que Alex compararia à Copa do Mundo. “A turma gritava Bolsonaro, Bolsonaro! Mito, Mito! Tocavam corneta e batiam palmas.” (Dieguez, 2022, p.124).

tratava-se ali não de um transloucado ou um lobo solitário, mas já um líder falando para os seus:

Nenhuma escapadela, nem palavras nem gestos desatados; definitivamente, nada sugere espontaneidade, ato falho ou livre associação. [...] O ex-paraquedista e capitão não era somente um “lobo solitário”, no sentido técnico que o discurso da guerra contra o terror atribuiu à expressão: aquele que, fora de uma estrutura maior e por esforços próprios, age sozinho movido por ideais que lhe obsedam e justificam o seu sacrifício. Uma excrescência política, sem dúvida, só que de nítido teor programático. Bolsonaro falou o que falou porque sabia falar para alguém que esperava ouvir aquilo. Não estava sozinho (Santiago, 2021, s/p).

Nas eleições presidenciais seguintes, em 2018, foram estes os vencedores do pleito e Jair Bolsonaro governou o Brasil entre 1º de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2022. Não nos interessa aqui uma análise do governo Bolsonaro e suas catástrofes. Para esse tema remetemos o leitor ao já citado texto de Homero Santiago, intitulado *Bolsonarismo e pandemia* (2021), nossa investigação recai sobre seus apoiadores, sobre essa multidão que perde qualquer pudor e vai às ruas erguendo slogans de extrema-direita, conservadores, autoritários, violentos, antidemocráticos, discursos de ódio, e que se reveste do verde-amarelo, cores que Marilena Chaui já denunciara, próprias de mais uma atualização do mesmo mito fundador, e da mesma sociedade autoritária, do mesmo Brasil.

Ainda à guisa de contextualização, um último ato fecha o drama. Se, como diz a célebre frase de Karl Marx (2011): “A história se repete primeiro como tragédia e depois como farsa”, a tragédia sendo a vitória em 2018 e o governo Bolsonaro, a encenação de sua farsa será levada a cabo por uma turba transloucada em 08 de janeiro de 2023. Bolsonaro perde as eleições presidenciais de 2022 e em janeiro de 2023 estão acampados em Brasília centenas de seus correligionários, à espera não se sabe do que. Alguns estavam em portas de quartéis pedindo uma intervenção militar, alguns lá não estavam, mas começam a chegar em vários ônibus no sábado dia 07 de janeiro de 2023, para o grande ato. Uma semana após a posse do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, no

domingo do dia 08 de janeiro de 2023, uma multidão identificada pela cor verde-amarela, e inconformada com o resultado das últimas eleições, invade os prédios sedes dos três Poderes na capital federal do Brasil, vandalizando e destruindo tudo que encontra a sua frente. São, sem dúvida, os mesmos de que falávamos anteriormente, apoiadores de Bolsonaro, defensores de ideais autoritários e de extrema direita, nessa turba enraivecida está também nosso objeto de análise.

4.2 Mais do mesmo: o verde-amarelo novamente

Quando a “nova” direita vai às ruas a partir de 2016 suas cores estão definidas: o verde e o amarelo. Nada de aleatório, nada de espontâneo, a escolha das cores tem impacto no ideário da multidão e, mesmo que para a maior parte dela inconscientemente, se alimenta em todo o ideário do mito fundador que analisamos. O verde-amarelo tem impacto nos ideais conservadores e nacionalistas que perpassam as bandeiras desse movimento, e agrega em torno do ideal (inventado como vimos) de Brasil uma miríade de grupos que se unem sob esta mesma bandeira.

Em torno dessas cores, um instrumento de fácil acesso, amplo apego emocional e maior fonte do “orgulho nacional”: a camisa da seleção brasileira de futebol (a nº 1, a amarela, claro!). A camisa oficial da CBF de cor amarela é então escolhida também o uniforme mais propagado pelos manifestantes e adeptos da extrema direita. Item de vestimenta símbolo da paixão nacional pelo futebol, o nacionalismo alimentado pelo esporte desde o século anterior, com as vitórias em copas do mundo, a camisa amarela da seleção é um símbolo que une o movimento, espalha novamente o orgulho de ser verde-amarelo, e alimenta a nova força do mesmo velho mito fundador.

Quando vão descrever os protestos do 8 de janeiro de 2023, Arantes et ali (2024, p.114), no livro *8/1 A rebelião dos manés – ou esquerda e direita nos espelhos de Brasília*, assim vão referir-se às vestimentas e bandeiras dos manifestantes: “As cores verde-amarelo da seleção brasileira, estética CBF [Confederação Brasileira

de Futebol] (...), com a bandeira nacional como manto sagrado ou capa protetora, tornaram-se o uniforme da turba enraivecida”. Primeira evidência da volta do mito fundador, imediata referência a toda a história de sua ideologia, as cores verde e amarelo estão na extrema direita do início do século XXI a exhibir sem disfarce e com orgulho sua inscrição na mesma fundação arcaica da nossa sociedade autoritária, atualidade do mesmo mito fundador descrito por Marilena Chaui (2013a).

Outro elemento do ideário da extrema direita alimentado pelo verde-amarelo e a referência às cores da bandeira nacional é o anti-petismo. Debora Messenberg (2019) em *A cosmovisão da “nova” direita brasileira*, assim descreve seus ideais:

É possível acompanhar a formação das constelações de sentido dos formadores de opinião investigados a partir do inventário das ideias-força que se repetem e sustentam os seus discursos, acabando por configurar certos campos semânticos. Observa-se três campos semânticos centrais no discurso dos formadores de opinião dos manifestantes de direita nas grandes mobilizações de 2015: o antipetismo, o conservadorismo moral e os princípios neoliberais (Messenberg, 2019, p.36).

Nesse sentido, além de todas as funções já destacadas, o verde-amarelo é também a oposição ao vermelho, cor historicamente ligada a manifestações de esquerda, ao socialismo e cor da bandeira do Partido dos Trabalhadores (PT) maior partido de esquerda do Brasil, partido no poder quando das manifestações de 2016 pelo impeachment/golpe⁸ da presidenta Dilma, e principal adversário político de Bolsonaro nas eleições de 2018 e 2022. Aí o slogan da “nova” direita em suas manifestações, erguendo o verde e amarelo da bandeira do Brasil: “nossa bandeira jamais será vermelha,” frase de efeito usada também por Jair Bolsonaro em seu discurso de posse como Presidente da República em janeiro de 2019⁹.

⁸ Novamente sobre a caracterização do impeachment de Dilma Rousseff como golpe remetemos o leitor a: Os sentidos do golpe: A imprensa, os parlamentares e as ameaças à democracia no Brasil (2015-2016) de Cláudia Cristina da Silva Fontineles e Nathiely de Araújo Silva, publicado na Revista do Acervo Nacional, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 1-21, maio/ago. 2025, <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2262/2417>

⁹ “Nossa bandeira jamais será vermelha afirma Bolsonaro na posse”. Valor Econômico (01/01/2019). <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/01/01/nossa-bandeira-jamais-sera-vermelha-afirma-bolsonaro-na-posse.ghml>

Por fim, ainda sobre a bandeira nacional e as manifestações de extrema direita no Brasil do século XXI, tomando novamente como sua expressão mais evidente os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, podemos encontrar uma apropriação de técnicas de manifestações populares da esquerda que vai aparecer nas práticas da extrema direita do século XXI com as cores nacionais. Repetindo-se mais uma vez a história como farsa, eis que pelas mãos da extrema direita vai se repetir o uso da bandeira nacional como instrumento de luta política nas ruas, antes construído por movimentos de esquerda. Referindo-se às práticas de mobilização dos grevistas do ABCD paulista em 1978 e 1979, Marilena Chaui narra o uso da bandeira nacional como símbolo de luta pelos grevistas e também resguardo destes contra uma possível repressão violenta por parte das autoridades de estado. Diz Marilena Chaui sobre os movimentos grevistas de 1978/1979 (2014, p.86):

Um exemplo dessa prática que opera no interior da mitologia sem destruí-la, mas revelando suas ilusões, encontra-se no uso da bandeira nacional feito pelos grevistas do ABCD paulista nas greves de 1978 e 1979.

A bandeira nacional é símbolo sagrado; portanto, não se pode atacá-la. Em virtude do grande número de grevistas, as assembleias não podiam ser feitas nos sindicatos e passaram a se realizar no estádio de Vila Euclides, em São Bernardo. Helicópteros do Exército começaram a sobrevoar o estádio, apontando metralhadoras e bombas para os grevistas, que trouxeram imensas bandeiras nacionais e com elas recobriram o estádio que, dessa maneira, não podia ser atacado. (Chaui, 2014, p.86).

Ironicamente, o mesmo uso da bandeira nacional vai ressurgir quase 45 anos depois, mas pelas mãos da extrema direita em sua tentativa golpista de depredação do patrimônio público, em 8 de janeiro de 2023. Sobre as manifestações do dia 08 de janeiro de 2023 na Praça dos Três Poderes em Brasília dizem os mesmos autores já citados Arantes et ali (2024):

Nos dias imediatamente anteriores ao 8 de janeiro, circulou nas redes bolsonaristas um infográfico expondo o “uniforme” para a ação. (...) Era a descrição de um *black bloc* patriótico, ou um *green-yellow bloc*: paramentado para um enfrentamento com forças policiais. A justificativa para o uso da

bandeira como capa protetora baseava-se em decreto-lei de 1969, que proíbe a destruição da bandeira e símbolos pátrios sob o risco de prisão, com pena de dois a quatro anos. Portar a bandeira, em geral amarrada ao pescoço como capa de super-herói, seria uma forma de impedir que o manifestante apanhasse da polícia (Arantes et al, 2024, p.110).

Novamente o verde-amarelismo da extrema direita se faz presente no uso da bandeira nacional, mas, como tudo é farsa nesta repetição da história e seus símbolos, continua Arantes et al. (2024, p.112):

A diferença é que, nas manifestações da esquerda, os ativistas eram brutalmente atacados pela polícia e demais forças de repressão e controle da ordem. Nas várias passeatas, protestos e acampamentos da direita, a polícia raramente reprimiu, sendo em geral recebida com abraços e *selfies*. A turba verde-amarela do 8 de janeiro sabia que o enfrentamento pesado não ocorreria. Seria encenação. Como de fato foi, com policiais militares do DF escoltando a horda e tomando água de coco enquanto o quebra-quebra acontecia. Só depois de duas horas de destruição foram iniciadas as movimentações de contenção da Polícia Militar, que resultaram em apenas 6 feridos entre os manifestantes e surpreendentes 44 entre policiais – proporção totalmente inusual se comparada a manifestações de esquerda (Arantes et al. 2024, p.113).

Tudo é farsa, tudo é encenação, tudo é marketing na extrema direita nas ruas em 8 de janeiro de 2023. As mesmas cores de um velho mito, sob práticas de rua copiadas e encenadas como revolta, novamente a atualidade do verde-amarelo do mesmo mito fundador. O paradoxo de uma revolta conservadora, de manifestações de rua e práticas de protesto apropriadas pela direita, as cores nacionais postas a serviço da velha ideologia.

Sobre esta atualização da mitologia verde-amarela pela extrema direita no início do século XXI, cabem apenas mais duas observações. Em primeiro lugar, assim como em sua versão original, e demais atualizações ao longo da história do Brasil, o verde-amarelo nas cores não significa necessariamente a defesa por uma posição de independência ou soberania no cenário internacional. O verde-amarelo encontra formas de atualizar-se em dependência, como vimos no passado e se repete atualmente.

O que no plano interno é defendido como nacionalismo, orgulho patriótico, não é em nada pensado dessa forma no plano internacional. O apreço a bandeira dos EUA, assim como slogans em inglês perpassam também as manifestações da extrema direita com explícita subserviência, como se a subordinação a interesses estadunidense fosse inerente ao Brasil, tanto quanto as suas cores nacionais. Simbolismo maior desta subserviência, podemos citar o episódio esdrúxulo onde o líder desse movimento, Jair Bolsonaro, enquanto Presidente da República Federativa do Brasil, chefe, portanto, das Forças Armadas brasileiras, bate continência para a bandeira dos EUA em evento oficial na Câmara de Comercio Brasil-Estados Unidos, em 16 de maio de 2019 (Bulla, 2019, s/p). O verde-amarelo são apenas cores na propaganda quando os interesses pessoais e do grande capital estão em jogo.

Em segundo lugar e encerrando nossa visão do mito verde-amarelo no século XXI, novamente o ideal de progresso que se atualizou nas manifestações passadas do mito verde-amarelo se faz presente nas expressões do século XXI, porém com outra fisionomia. Compatível com o cenário neoliberal, dentro do ideário de esvaziamento do espaço público e retirada de direitos, a modernização agora pregada pelo mito verde-amarelo é o modelo de empresa e o empreendedorismo. Diz Marilena Chaui (2019) em *Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo* (2019):

A gestão, o cálculo de eficiência e resultados, a lógica empresarial se espraia então por todos os setores da vida social e onde antes havia instituições agora funcionam organizações empresariais, neste cenário: escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa, uma igreja é uma empresa e, evidentemente, o Estado é uma empresa” (Chaui, 2019)¹⁰.

¹⁰Escapa aos limites desse trabalho uma análise mais profunda do neoliberalismo, suas características e efeitos. Nos limitamos aqui a apontá-lo como modalidade de “progresso” afirmado pela direita

A inovação, o progresso, a modernização é, nesse início de século, a extinção do espaço público, a corrosão do ideal do Estado de bem-estar social, o desfazimento de laços trabalhista. O modelo de funcionamento das antigas instituições agora é empresarial, e o trabalhador empresa de si mesmos, o empreendedor. Sem vínculo trabalhista, sem direitos ou garantias, espoliado de todas as possíveis amarras ou redes de proteção, o engodo empreendedor é a precarização em sua forma máxima e mais cruel, e tudo vendido como a modernização, o novo, o trabalhador “patrão de si mesmo”, o “livre”¹¹. O mito verde-amarelo é novamente o progresso, o futuro, sendo que este é a própria destruição de qualquer perspectiva de direitos, garantias, proteção. O imediatismo neoliberal não é mais o futuro que nunca, é a destruição do passado e a própria negação de qualquer perspectiva de futuro.

4.3. O argumento milenarista novamente: a política como guerra santa

Por fim, como última atualização do mesmo mito fundador, repete-se também no início do século XXI o teatro milenarista de liturgias e cultos de uma guerra santa transposta para a política. A reboque do crescimento vertiginoso das religiões, principalmente de igrejas evangélicas¹², e de sua presença na política, a luta política é apresentada em púlpitos e altares, cânticos e novenas, como uma guerra santa, entre a luz e as trevas, entre Deus e o demônio.

O que já apresentamos como o poder teológico-político desde Espinosa (2003), o que Marilena Chaui (2013a) já destacou como uma das formas de atuação

brasileira no início do século XXI, para maiores reflexões indicamos o citado texto de Chaui (6 de outubro de 2019) Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. En *A terra é redonda*. <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>

¹¹Não cabe nos limites desse trabalho uma análise detalhada do neoliberalismo e do empreendedorismo, nos limitamos apenas, para o propósito deste artigo, a indicá-los como a mais recente atualização do mito verde-amarelo em sua ideologia progressista, um verde-amarelismo que se utiliza da promessa de um futuro para a desconstrução do passado e o abandono do presente.

¹²Citando André Ítalo Rocha (2024, p. 20): “Segundo levantamento feito a partir de dados da Receita Federal, o número de templos evangélicos foi multiplicado por quinze entre 1982 e 2022, chegando a 178,5 mil, sendo quase a metade (78,5 mil) formada por pequenas igrejas.”

do mito fundador, recebe no início do século XXI sua forma mais clara e poderosa. Neste tema, mais uma vez as ideias apresentadas por Marilena Chaui (2013a) se atualizam em práticas e discursos que já não se escamoteiam, não buscam disfarces, não tem pudores, aqui o argumento teológico ganha o campo político, ganha uma bancada nas Casas Legislativas, unge candidatos e eleitos, direciona votos e sustenta líderes.

A proximidade entre religião e política não é novidade em nossa história, sob a égide da nossa primeira Constituição de 1824 nascemos um país oficialmente católico, e mesmo a laicidade do Estado, consagrada com a república, não afastou completamente os laços de interferência entre o sagrado e o político¹³. No entanto, na década de 1980, mais precisamente a partir dos trabalhos da constituinte de 1987/1988, despontam novos atores nessa trama: além dos já muito conhecidos católicos (sejam de direita ou progressistas) estavam ali na Constituinte de 1987/1988 trinta e três deputados eleitos com e por seu apoio de igrejas evangélicas. Assim narra Anna Virginia Balloussier em seu livro *O púlpito – fé, poder e o Brasil dos evangélicos* (2024, p.84):

A edição de 1º de julho de 1987 da revista *Veja* dedicou quatro páginas à reportagem OS DEPUTADOS DE DEUS, sobre 33 constituintes que tinham como meta de seu “apostolado parlamentar” confeccionar uma Carta nacional à imagem e semelhança “da carta de Deus aos homens, a Bíblia” (Balloussier, 2024, p.84).

E se proporcionalmente não eram em grande número na constituinte (apenas 7% do total de 487 deputados constituintes), e apesar de não configurarem um grupo totalmente coeso, vindos de diferentes igrejas e com posições mais ou menos extremadas, fato é que a agenda conservadora, voltada para temas no campo da moral e dos costumes, por eles defendida, conseguiu alguns ganhos já na constituinte:

Se não ganhou de goleada, a nova bancada avaliou que, jogando na defesa dos valores cristãos, também não levou nenhuma bola entre as pernas: a

¹³ Sobre o tema da relação entre Estado e religião no Brasil, ver: Leite, Fabio Carvalho (2014). *Estado e religião: a liberdade religiosa no Brasil*. Juruá.

Carta de 1988 garantiu ensino religioso e liberdade de culto, escanteou orientação sexual e pena de morte, e incluiu Deus, sempre Ele, em sua introdução. Nada mal para um grupo que deixava de ser exceção para virar regra no Congresso Nacional (Balloussier, 2024, p.92).

Nos 30 anos seguintes a bancada evangélica se consolida no Congresso Nacional. Nas eleições legislativas até 2018 despontam, cada vez em maior número, candidatos que se autoproclamam evangélicos, que trazem em seus nomes denominações religiosas como pastor, bispo ou irmão, e prontos a defender com veemência a pauta dos costumes, da moral, da família e dos valores cristãos. Segundo André Ítalo Rocha (2024, p.18):

O efeito da onda já era perceptível, pelo menos no número de candidatos evangélicos em 2018. Nos registros de candidaturas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é possível ter uma noção do nível de engajamento de crentes a partir dos nomes usados nas urnas. Em 2018, foram 524 os candidatos que se identificaram como pastor, irmão, apóstolo ou missionário, ou que preencheram com algum posto evangélico o campo da atividade profissional – um crescimento de 8% em relação a 2014 (Rocha, 2024, p.18).

Nos postos do Poder Executivo o movimento é o mesmo, ainda que de consolidação um pouco mais lenta. Por exemplo, em escalada nos níveis da federação, o voto evangélico ganha a eleição da prefeitura do Rio de Janeiro em 2016, consagrando o bispo Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo, líder da Igreja Universal do Reino de Deus, e catapulta um desconhecido no meio político, Wilson Witzel, ao governo do mesmo estado em 2018. Mas é certamente com a eleição para a presidência da República em 2018 de Jair Bolsonaro que o voto evangélico alcança o topo do poder.

A chegada dele [Bolsonaro] ao Planalto, portanto, representou o casamento perfeito entre Poder Executivo e a bancada evangélica (...). Pela primeira vez a bancada tinha um presidente pra chamar de seu – ainda que, de fato, nem sempre ele tenha tido a agenda cristã como prioridade. (...) A afinidade era tamanha que foi ele o primeiro presidente a aceitar o convite do bispo Edir

Macedo para ser abençoado na Universal, no Templo de Salomão, em São Paulo (Rocha, 2024, p.178)¹⁴.

O discurso milenarista, que já caracterizava as expressões do mito fundador no passado, volta à tona no início do século XXI, com seu conteúdo conservador, e a projeção da política no âmbito da superstição. Não são apenas os temas morais, mas a guerra religiosa também entra em cena na disputa política novamente. Eleições ganham o peso de lutas contra forças demoníacas, estão em jogo neste campo o embate entre o bem e o mal, a luz e as trevas. O medo é novamente o afeto alimentado nas propagandas, nas igrejas, nas redes sociais, nas ruas como instrumento da luta política. Na “nova” direita, na extrema direita do século XXI, está escolhido nessa guerra um líder, um Messias: Bolsonaro. Mas escolhidos estão também seus antagonistas, seus inimigos, seus demônios, entre eles e principalmente Lula e a esquerda. Tomando como exemplo e ápice desse movimento novamente as invasões de 8 de janeiro de 2023, vale citar novamente Arantes et al. (2024, p.97):

A caravana para Brasília que resultou nas invasões das sedes dos Três Poderes também contou com forte impulso de pastores evangélicos patrocinando a ida dos fiéis em uma cruzada contra o ‘demônio de 9 dedos’ (Lula) e o ‘capeta careca’ (Alexandre de Moraes). A imagem de Lula demônio não é nova: na disputa pelo segundo turno nas eleições de 1989, a Igreja Universal já exorcizava o então candidato à presidência com sessões de descarrego *avant la lettre*. De lá pra cá, o processo de satanização de Lula e da esquerda se espalhou não só por igrejas evangélicas, mas nos movimentos das direitas brasileiras em geral contra a política. No roteiro dessa ascensão reacionária de massa estava a escolha de uma liderança, o seu Messias, e de seus antagonistas (Arantes et al., 2024, p.97).

Cabe aqui uma ressalva, pesquisadores apontam que esta aliança milenarista entre disputa política e guerra religiosa no início do século XXI não é um

¹⁴ Marilena Chaui também faz alusão a esta unção de Bolsonaro na Igreja Universal do Reino de Deus, como símbolo da aliança entre sua ascensão à Presidência da República e a representação da política como guerra santa, a idéia de um líder consagrado pela graça divina, poder teológico-político, no artigo intitulado *Pela graça de Deus*, publicado no site *A terra é redonda*, em 27/05/2021: <https://aterraeredonda.com.br/pela-graca-de-deus/>.

fenômeno exclusivamente brasileiro, este discurso com, sua carga de valores e conservadorismo, tende a se espalhar pela América Latina. Como verificam Ricardo Mariano e Dirceu André (2019), analisando eleições presidenciais na América Latina em 2018, o embate contra temas como pluralismo, questões de gênero e a defesa da pauta dos costumes tende a ser capitaneado por políticos engajados em denominações religiosas e sustentados por bases eleitorais evangélicas, em sua maioria ligados ao conservadorismo e a direita cristã, em vários países da América Latina do primeiro quartel do século XXI.

O ativismo político evangélico conservador tende a avançar na América Latina. Sua atuação nas eleições presidenciais revela o intento de restaurar uma ordem moral e social tradicional, tida sob ataque de forças malignas. Suas lutas anti-gênero e anti-pluralista reproduzem repertórios morais e batalhas políticas da direita cristã, como a noção de “ideologia de gênero”, arma ideológica que se tornou onipresente nos pleitos e disputas parlamentares na região (Mariano y André, 2019).

Fechando nossa análise, assim como as cores verde-amarelo, o discurso milenarista do mito fundador brasileiro se repete e se reatualiza na extrema direita no início do século XXI. Os fundamentos filosóficos de Espinosa (2003) para o poder teológico-político e as análises de Marilena Chaui sobre o mito fundador no Brasil (2013a) se casam na atualidade, nos discursos, crenças, rituais e representações da guerra santa travada nas igrejas evangélicas, nos púlpitos, nas redes sociais, entre fiéis e pastores no campo político.

Considerações finais

Encontramos na obra de Marilena Chaui importantes conceitos para pensar o Brasil, sua história, sua formação, suas representações, sua fundação. Defende a autora que uma miríade de crenças e ideias compõe um mito fundador do Brasil, uma concepção homogênea que o povo brasileiro tem de si e de seu país (Chaui, 2013a, p.149) que marca e se repete na história do Brasil. Este mito fundador, como ideologia, repete-se sempre a escamotear contradições, negar conflitos,

unir classes, gêneros, raças, e reafirmar, sob diversas formas, as representações de um país grande, de um povo ordeiro, de riquezas naturais e com um caminho sempre em direção ao progresso.

Identificamos neste movimento dois argumentos centrais: o verde-amarelismo e a fundamentação teológica. Em diferentes atualizações são sempre as mesmas cores da bandeira nacional que trazem consigo um conjunto de crenças, a afirmar a fundação e refundação do Brasil. No discurso das classes dominantes o país grande e rico por natureza caminha unido em direção ao progresso, ainda que dependente no cenário internacional. Para as classes dominadas a fundação do Brasil é imersa na superstição, na luta entre o bem e o mal, Deus e o diabo, no argumento milenarista, no poder teológico-político.

Nas manifestações da extrema direita no início do século XXI podemos vislumbrar os mesmos argumentos e representações do mito fundador construído por Marilena Chaui. Se repetem as cores verde-amarelo, os símbolos nacionais, a camisa da seleção brasileira de futebol, a bandeira nacional. As mesmas cores que atualizam o mesmo mito fundador, a mesma dependência internacional, o mesmo caminho para o progresso, argumentos atuais de uma velha ideologia. Também estão lá o discurso milenarista, a superstição e política como campo da guerra santa entre o Messias e o demônio. Assim, o mito fundador apresentado por Marilena Chaui se repete na atualidade, novas personagens do mesmo drama, repetição falsificada das mesmas cores verde-amarelo, alimentados pela mesma superstição e medo.

Por fim, pensamos a partir de Marilena Chaui, “porque na esteira de outros aprendemos a pensar, nossas tentativas só podem ter início quando o discurso de outrem nomeia o que é objeto de nossas interrogações” (Santiago 2021, s/p). Marilena Chaui traz nomes ainda importantes para compreender o Brasil, não somente pelo que nos descreve do passado, mas pela atualidade de seus argumentos. Sua obra de pensamento pensa e faz pensar (Santiago, 2021, s/p). Seu mito verde-amarelo ainda se renova e se reproduz nas manifestações da

extrema direita no Brasil do início do século XXI. Revisitando a obra de Marilena Chaui, reconhecemos no presente uma nova personagem, um novo líder, para velhas cores e velhas ideias, novamente a mesma fundação de uma mesma sociedade autoritária.

Bibliografia

- Arantes, Pedro Fiori y Frias, Fernando y Meneses, Maria Luiza (2024). *8/1 A rebelião dos manés: ou esquerda e direita nos espelhos de Brasília*. Editora Hedra
- Balloussier, Anna Virginia (2024). *O púlpito: fé, poder e o Brasil dos evangélicos*. Todavia
- Bulla, Beatriz (16 maio de 2019). Bolsonaro bate continência à bandeira dos EUA e muda bordão, in Terra. https://www.terra.com.br/noticias/bolsonaro-recebe-premio-bate-continencia-a-bandeira-dos-eua-e-erra-o-proprio-bordao,3e51701c017f264ac65c2f3bcc8d1c0oldta994.html?utm_source=clipboard
- Chaui, Marilena (1980). *Notas sobre cultura popular, in Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. Moderna
- Chaui, Marilena (1983). Le Brésil et ses phantasmes. *Revue Esprit*, 10. <https://esprit.presse.fr/article/chaui-marilena/le-bresil-et-ses-phantasmes-31802>
- Chaui, Marilena. *A instituição do campo político, in Política em Espinosa*. Companhia das letras
- Chaui, Marilena (2004). O retorno do teológico-político, in Cardoso, Sérgio (Director). *Retorno ao republicanismo*. Editora UFMG
- Chaui, Marilena (2008). *O que é ideologia?* Brasiliense
- Chaui, Marilena (2013a). Brasil: mito fundador e sociedade autoritária. in *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Autêntica
- Chaui, Marilena (2013b). Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira. En *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Autêntica
- Chaui, Marilena (2013c). Crítica e ideologia, in *Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro*. Autêntica
- Chaui, Marilena (2014). Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil, in *Conformismo e resistência*. Autêntica
- Chaui, Marilena (6 de outubro de 2019) Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo, in *A terra é redonda*. <https://aterraeredonda.com.br/neo-liberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>
- Chaui, Marilena (27 de maio de 2021). Pela graça de Deus, in *A terra é redonda*. <https://aterraeredonda.com.br/pel-a-graca-de-deus/>
- Dieguez, Consuelo (2022). *O ovo da serpente: nova direita e bolsonarismo: seus bastidores, personagens e a*

- chegada ao poder. Companhia das letras*
- Espinosa, Baruch de (2003). *Tratado teológico-político*. Martins Fontes.
- Fernandes, Maria Cristina *et al.* (1 de janeiro de 2019). 'Nossa bandeira jamais será vermelha' afirma Bolsonaro na posse, in *Valor Econômico*.
<https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/01/01/nossa-bandeira-jamais-sera-vermelha-afirma-bolsonaro-na-posse.ghtml>
- Fontineles Claudia Cristina da Silva y Silva, Nathiely de Araújo (2025). Os sentidos do golpe: A imprensa, os parlamentares e as ameaças à democracia no Brasil (2015-2016) in *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 1-21, maio/ago. 2025,
<https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2262/2417>
- Harvey. David (1992). *A condição pós-moderna*. Loyola
- Hobsbawm, Eric (1990). *Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. Paz e Terra
- Leite, Fábio Carvalho (2014). *Estado e religião: a liberdade religiosa no Brasil*. Juruá
- Mariano, Ricardo y André, Dirceu (2019). Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores, in *Revista USP*, 120
<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i120p61-76>
- Marx, Karl (2011). *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Boitempo
- Messenberg, Debora (2019). *A cosmovisão da "nova" direita brasileira*, in Pinheiro-Machado, Rosana y Freixo, Adriano (Directores). *Brasil em transe: Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização*. Oficina Raquel
- Rocha, André Ítalo (2024). *A bancada da Bíblia: uma história de conversões políticas*. Todavia
- Santiago, Homero (24 de abril de 2021). Bolsonarismo e pandemia, in *A terra é redonda*.
<https://aterraeredonda.com.br/bolsonarismo-e-pandemia/>
- Santiago, Homero (11 de setembro de 2021). Marilena Chaui, 80 anos, in *A terra é redonda*.
<https://aterraeredonda.com.br/marilena-chaui-80-anos/>
- Singer, Paul (1998). De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada, in *Estudos avançados*, 12 (33)
<https://revistas.usp.br/eav/article/view/9413>